

O ensino do jornalismo em Portugal

João Manuel Messias Canavilhas

Communication and Arts Department, University of Beira Interior, Portugal

E-mail: jc@ubi.pt

Ser jornalista em Portugal

DE acordo com o Estatuto do Jornalista, são considerados jornalistas aqueles que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercem com capacidade editorial funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação, com fins informativos, pela imprensa, por agência noticiosa, pela rádio, pela televisão ou por qualquer outro meio electrónico de difusão.¹²

São também considerados jornalistas os cidadãos que, independentemente do exercício efectivo da profissão, tenham desempenhado a actividade jornalística em regime de ocupação principal, permanente e remunerada durante 10 anos seguidos ou 15 interpolados, desde que solicitem e mantenham actualizado o respectivo título profissional.³ Este título, a chamada carteira de jornalista, é condição fundamental para o exercício da profissão em Portugal, sendo emitido e renovado pela Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.⁴

No que concerne ao acesso ao título profissional, a única condição é o candidato ser maior de 18 anos e estar no pleno gozo dos seus direitos civis.⁵ Em termos de habilitações de acesso, o Estatuto do Jornalista é omissivo, considerando-se assim que apenas é exigida a escolaridade mínima obrigatória em Portugal, o 9º ano quem nasceu depois de 1981. Nestas condições, o candidato a jornalista inicia a carreira com um estágio que deve ser concluído

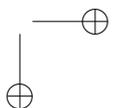
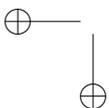
¹Estatuto do Jornalista, artº 1º, ponto 1., ficando no entanto excluídos todos os que desempenhem estas funções em publicações que visem predominantemente promover actividades, produtos, serviços ou entidades de natureza comercial ou industrial.

²Estatuto do jornalista, artº 1º, ponto 2

³Estatuto do jornalista, artº 1º, ponto 3

⁴Estatuto do jornalista, artº 4º, ponto 1

⁵Estatuto do jornalista, artº 2º.



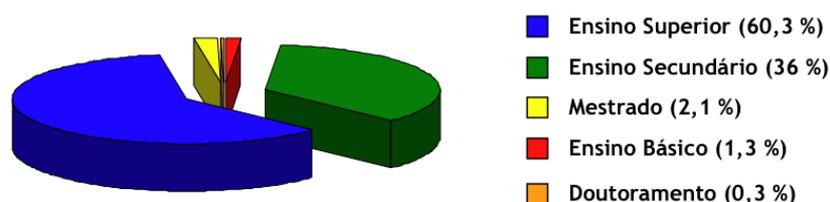


Figura 1: Nível de formação dos jornalistas

Fernandes, J.L. (2008). *Motivações e Modos de acesso na profissão de jornalista*. Revista Trajectos, 12, 97-124.

com aproveitamento. De acordo com o Estatuto do Jornalista, a profissão inicia-se com um estágio obrigatório com a duração de 12 meses, em caso de licenciatura na área da comunicação social ou de habilitação com curso equivalente, ou de 18 meses nos restantes casos.⁶ Em termos legais, a duração do tempo de estágio é a única diferença existente entre candidatos com níveis de habilitação tão diferentes como o 9º ano e o mestrado. Este foi, aliás, um dos pontos mais discutidos aquando das alterações ao Estatuto do Jornalista, em 2007. No anteprojecto colocado em discussão, o Governo propunha a licenciatura como habilitação mínima de ingresso, mas o ponto foi alterado devido à oposição do sindicato dos jornalistas e ao veto presidencial. O Estatuto do Jornalista (Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro) foi assim actualizado com a Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, mais tarde rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 114/2007, da Assembleia da República.

Embora o ingresso na profissão não obrigue os candidatos a ter o grau de licenciado, dados de 2006 (gráfico 1) revelam que 60,3% dos jornalistas é detentor deste grau de ensino.

Para além do normal contributo para a melhoria do nível de habilitações dos jornalistas e, conseqüentemente, da sua qualidade, o Ensino Superior teve ainda um papel importante no aumento do número de jornalistas em Portugal. Se em 1966 eram apenas 414, em 2008 são 6484 os jornalistas com título profissional válido. Apesar deste aumento significativo, saliente-se que no último ano se registou um decréscimo no número de jornalistas com título válido,

⁶Estatuto do jornalista, artº 5º, ponto 1.

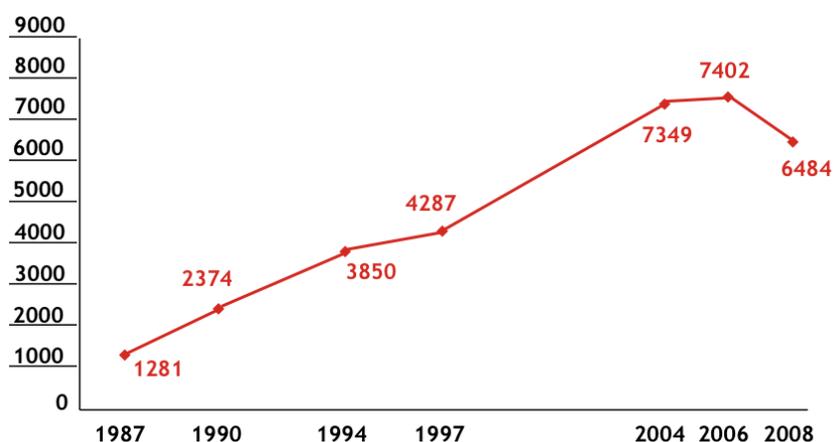


Figura 2: Jornalistas com carteira profissional

Gráfico retirado do trabalho *Motivações e Modos de acesso na profissão de jornalista* (Fernandes, 2008). Os dados relativos 2008 foram acrescentados, referindo-se ao n.º de jornalistas com título válido.

o que poderá ser explicado pela vaga de despedimentos e encerramento de meios de comunicação ocorrida nos últimos meses, uma situação que poderá ter levado alguns jornalistas a não renovar o título.

Ensino do Jornalismo em Portugal: passado e presente

Portugal acordou tardiamente para o ensino do jornalismo. Só em 1926 surge a primeira tentativa para criar uma escola de jornalismo, tendo como promotores o Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa, porém o projecto não avançou. Apesar do insucesso, a discussão acerca da necessidade de uma escola de jornalistas continuou durante a década de 30, sobretudo pela mão de João Paulo Freire, director do *Diário da Noite*, que em 1936 publicou uma colectânea de textos intitulada *Escolas de Jornalismo*. Apesar de algum ceticismo em relação à formação, ao defender que as competências para exercer jornalismo seriam inatas, o autor propôs que os jornalistas deveriam frequentar o curso geral dos liceus, seguido de um ano de preparação específica para

a profissão. Já os que aspirassem a cargos de direcção deveriam frequentar um curso superior de jornalismo ligado à área superior de Letras (Sobreira, 2003). Mais uma vez, a proposta morreu à nascença.

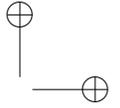
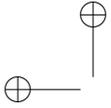
Em 1941, nova proposta do Sindicato Nacional dos Jornalistas ao Governo. Desta feita propunha-se um curso com a duração de dois anos destinado a candidatos com habilitações equivalentes ao 9º ano ou a exercerem a profissão há mais de um ano. O Governo nunca respondeu à proposta.

Apesar de algumas discussões esporádicas, o assunto caiu novamente no esquecimento até à década de 60, altura em que o Sindicato voltou ao assunto, aprovando novos estatutos que referiam claramente o seu empenho na criação de uma escola de jornalistas. Na sequência deste movimento, em 1962 foi leccionado um curso de formação para jornalistas no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, quatro anos depois o Diário Popular promoveu um curso de jornalismo nas suas instalações e, em 1968, o Sindicato organizou o “I Curso de Jornalismo”, tendo conseguido o apoio do Governo. O sucesso da iniciativa (cerca de 200 inscritos) chamou a atenção para a necessidade de uma formação específica para jornalistas e o assunto voltou a ser muito discutido. De tal forma que a própria classe política se interessou pelo tema, a ponto de terem sido enviados ao Governo quatro projectos de criação de cursos de jornalismo. A História repetiu-se, e nenhum deles avançou por desinteresse do Governo (Sobreira, 2003).

Em 1971, o Sindicato de Jornalistas entregou ao Governo o *Projecto de Ensino de Jornalismo em Portugal*, um documento encomendado a uma comissão de especialistas que previa a criação de um *Instituto Superior de Ciências da Informação* para formar bacharelís (3 anos) e licenciados (5 anos) em Ciências da Informação. Mais uma vez o projecto perdeu-se nas gavetas governamentais de um regime que temia a liberdade de imprensa.

Em 1973, nova tentativa: o grupo Quina (jornais Diário Popular, Record e Radiotelevsão) lançou a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, mas os cursos não tiveram reconhecimento oficial e terminaram em 1975, com as nacionalizações.

Só com o fim da ditadura e do processo revolucionário se conseguiu um clima propício à criação de um curso superior de Comunicação Social em Portugal, o que aconteceria em 1979, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Este curso serviria de modelo para os cursos de Comunicação Social que se seguiram, como o do Instituto



de Ciências Sociais e Políticas da UTL, em 1980, ou o da Universidade da Beira Interior, em 1989, com a duração de cinco anos lectivos.

Ainda na década de 80, mas fora do Ensino Superior, nasce o Centro de Formação de Jornalistas que, em 1985, depois daria origem à Escola Superior de Jornalismo, uma instituição pertencente à rede de Ensino Superior Politécnico que foi oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação em 1986. Ainda nesse ano é criado em Lisboa o Centro Protocolar de Formação de Jornalistas, um organismo que continua até hoje a dar formação profissional sobretudo a jornalistas no activo e a jovens licenciados.

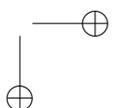
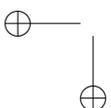
No Ensino Secundário, a partir de 1979 foi integrada uma disciplina de Iniciação ao Jornalismo nos cursos complementares deste grau de Ensino, e entre 1997 e 2005 existiu mesmo um Curso Tecnológico de Comunicação.

No Ensino profissional (equivalente aos 10^o, 11^o e 12^o anos), a partir de 1989 passou a existir um curso Técnico de Comunicação/Técnicas de Audiovisuais/Técnicas Jornalísticas, mas na actualidade nenhum deles está em funcionamento.

Nos anos 90, o ensino Superior de Jornalismo regista um crescimento explosivo, com a criação de cursos nos ensinos Superior Politécnico público e Universitário privado (Pinto, 2004), mas também em Universidades públicas como a do Minho (1991), Coimbra (1993) e, já no ano 2000, no Porto, que recebe o curso de jornalismo até aí ministrado na Escola Superior de Jornalismo.

No final da década de 90, início dos anos 2000, alguns dos cursos universitários reestruturam os planos de estudos, passando a uma duração de quatro anos e adoptando a denominação de Ciências da Comunicação. Em simultâneo, parte significativa dos cursos ministrado no Ensino Politécnico, bacharelatos com a duração de três anos, passam a oferecer aos seus alunos as chamadas licenciaturas bi-etápicas (3 + 2 anos).

A partir de 2005 inicia-se a adaptação dos cursos a Bolonha, e mais uma vez os cursos superiores sofrem alterações, desta vez sem distinção entre os ensinos Universitário e Politécnico. As licenciaturas passam a chamar-se cursos de 1^o ciclo e têm a duração de três anos. Em termos de pós-graduação, o 2^o Ciclo (mestrado) tem a duração de dois anos, e o 3^o ciclo (doutoramento) mantém os três anos de duração, podendo apenas ser ministrado por universidades.



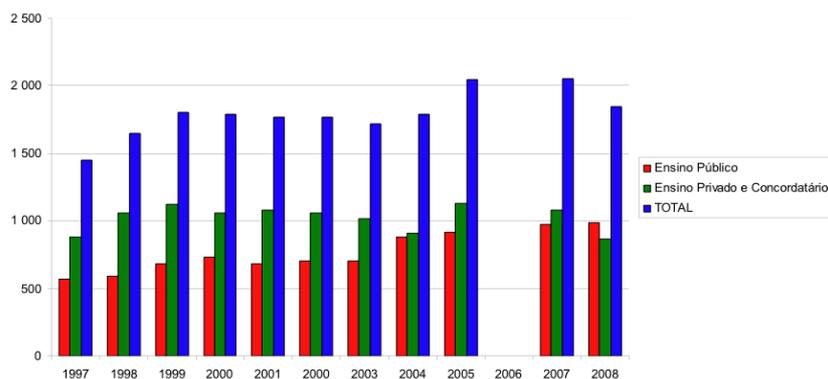


Figura 3: Vagas na área de Jornalismo e Reportagem

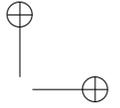
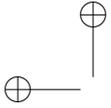
Denominação utilizada pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, do Ministério da Ciências, Tecnologia e Ensino Superior

Em 2008⁷, existem em Portugal dez cursos universitários públicos, seis cursos universitários privados, nove cursos politécnicos públicos e nove cursos politécnicos privados na área de Ciências da Comunicação/Jornalismo. O curso tem 16 denominações diferentes e oferece um total de 1850 vagas, 987 no ensino público e 863 no ensino privado e concordatário.⁸

Embora o grau de licenciatura não seja exigido para acesso à profissão, dados fornecidos pela Comissão da Carteira Profissional indicam que, em 2008, cerca de 34% dos jornalistas têm um curso Superior na área de Ciências da Comunicação/Jornalismo, aos quais se juntam ainda jornalistas com licenciaturas noutras áreas. É a prova de que o mercado reconhece a formação nesta área como uma real mais-valia para a melhoria do jornalismo. Apesar disso,

⁷Números compilados a partir dos dados relativos à área de formação Jornalismo e Reportagem, fornecidos pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, do Ministério da Ciências, Tecnologia e Ensino Superior. No entanto deve salientar-se que alguns destes curso incluem ramos de Publicidade, Relações Públicas e Audiovisual, pelo que o número de vagas na área específica de jornalismo serão menos.

⁸Na indisponibilidade de dados relativos à Universidade Católica, foi considerado um número de vagas igual ao do ano anterior.



subsistem ainda algumas vozes que acusam a academia de estar demasiado distante da realidade profissional, algo que abordaremos mais à frente.

Ensino do jornalismo: que futuro?

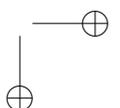
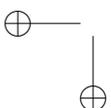
O ensino Superior do jornalismo em Portugal começou tardiamente e a receptividade nas redacções não foi a melhor. Entre os jornalistas formados na tarimba imperava a velha máxima de que o jornalismo é algo inato que se desenvolve nas redacções, pelo que a chegada dos novos licenciados pouco acrescentaria à redacção.

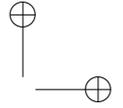
O ensino e as empresas jornalísticas também divergiam nos seus interesses: o mercado exigia cachas aos seus jornalistas, mas a universidade ensinava ética e objectividade aos alunos. Enquanto as empresas procuravam padrões conducentes a uma produção mais rápida, a universidade procurava ensinar um discurso jornalístico mais rico e variado (Batista, 2004).

A digitalização do sector foi uma oportunidade para re-aproximar duas realidades até aí separadas. As empresas perceberam que as novas tecnologias poderiam melhorar de forma significativa todo o processo de produção de notícias, com impactos significativos na eficácia das empresas e na qualidade do produto final.

Com uma estrutura de recursos humanos envelhecida e algo reticente em relação às novas tecnologias, as empresas procuraram nos jovens saídos das faculdades de comunicação a resposta para a necessidade de implementar novos processos e rotinas, mas nem sempre foi possível.

As instituições de Ensino Superior reagiram tarde à nova realidade digital, e a criação de disciplinas ligadas às novas tecnologias foi ainda mais lenta do que a digitalização dos meios de comunicação (Canavilhas, 2009). Por fim, o próprio Processo de Bolonha, que poderia ser uma oportunidade para introduzir essas disciplinas, não pôde ser totalmente aproveitado devido à redução de um ou dois anos verificada na duração das novas licenciaturas, agora denominadas 1º ciclos. Ainda assim, registou-se a supressão de algumas disciplinas de âmbito mais geral para introdução de outras mais tecnológicas. A redução na duração das licenciaturas fez com que parte significativa dos estudantes sentisse necessidade de continuar a sua formação para 2º ciclo (antigo





Mestrado), o que permitiu às escolas construir planos de estudos com mais disciplinas ligadas às novas práticas jornalísticas.

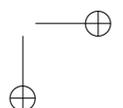
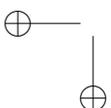
O trabalho do jornalista tem vindo a mudar, pelo que o perfil de formação deve acompanhar essas mudanças. Ser multitarefa e multiplataforma é hoje uma necessidade para qualquer jovem jornalista, pelo que o ensino só tem uma saída: formar profissionais para esta nova realidade (Canavilhas, 2009).

Apesar desta exigência, o ensino do jornalismo não se pode transformar num processo meramente técnico e instrumental. É evidente que é necessário saber como funcionam os aparelhos, mas interessa ainda mais saber para que servem, quando se utilizam e porque se utilizam. Na base deste conhecimento global está uma ideia que deve sempre prevalecer: o digital não deve ser ensinado por oposição ao analógico porque no fundamental ele é um velho processo operado com novos instrumentos. Veja-se o caso do vídeo: independentemente da câmara ser digital ou analógica, os planos e os enquadramentos continuam a ser os de sempre; independentemente da edição ser linear ou não linear, o *accord* continua a ser um conceito chave na montagem de uma notícia. Por isso, os novos planos de estudos devem ser inclusivos, e não exclusivos em relação às competências fundamentais de um jornalista. Apesar da necessidade de dominar as novas tecnologias associadas aos *media*, as competências associadas às técnicas de investigação e aos critérios de selecção, bem como o domínio das diversas formas de expressão, continuam a ser fundamentais no desempenho do trabalho jornalístico.

Contributos para a formação dos futuros jornalistas

No relatório final da Rede ICOD⁹ (2006) é identificado um conjunto de objectivos didácticos de carácter geral que estão subjacentes ao ensino da comunicação digital. Divididos em conceptuais (conhecimentos teórico-discursivos), processuais (habilidades e competências) e atitudinais (motivações e emoções), estes objectivos salientam, entre outros, a necessidade de compreender e integrar as teorias da comunicação no novo paradigma digital, de associar essas mesmas teorias aos contextos profissionais, de incorporar as tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem associando-os com as práticas de entrete-

⁹<http://www.icod.ubi.pt/home.html>



nimento dos estudantes, e de incentivar a criatividade e a iniciativa no seio dos grupos de aprendizagem.

Aplicando algumas destas diretrizes ao ensino do jornalismo na era digital, elabora-se agora um conjunto de propostas elaboradas a partir de um trabalho anterior (Canavilhas, 2009) apresentado numa no seminário *Jornalismo: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação*.

Pesquisa. Pesquisar está a tornar-se sinónimo de googlear, um neologismo muito utilizado pelos utilizadores da Web. Quando recebe um trabalho, o primeiro impulso do jornalista é procurar informações sobre o acontecimento/personagem envolvido na rede. O acesso ao arquivo da publicação só acontece em caso de dúvida ou para recuperar notícias anteriores. Esta possibilidade de pesquisar a partir de qualquer computador, que à partida possibilita importantes ganhos de tempo no processo de produção de notícias, pode, no entanto, tornar-se num obstáculo: desde logo, porque o número de respostas a uma pesquisa simples pode dar como resultado milhares de referências, com a conseqüentemente perda de tempo para ver tudo. Numa pesquisa em origem do universo, o Google apresenta 155 mil referências, só para citar um exemplo. Por outro lado, a facilidade com que se disponibiliza informação na web levanta a questão da fiabilidade em relação ao que se encontra, com inúmeros casos de informações contraditórias sobre um mesmo assunto. Para além da quantidade, a fiabilidade é outro entrave a um processo rápido.

Para ultrapassar estes obstáculos, as escolas devem colocar nos planos de estudos uma disciplina relacionada com *Técnicas de investigação e pesquisa na web*, incluindo nas matérias a leccionar uma componente ligada à Ética e Deontologia onde se aborde a questão da velocidade da informação vs precisão.

Gravação e edição de conteúdos. A fotografia digital e os programas de paginação (imprensa escrita), bem como os novos softwares de edição multimédia (rádio e televisão) alteraram completamente as rotinas de produção e as tarefas atribuídas aos jornalistas, tornando-os multitarefa. Fotógrafos e editores de imagem/som têm vindo a ser substituídos por jornalistas que, graças aos novos equipamentos e softwares, conseguem fazer muitos dos trabalhos até aqui atribuídos a outros profissionais. Apesar das enormes potencialidades destas novas ferramentas profissionais (hardware e software), os princípios fundamentais no campo da captação/edição de áudio/vídeo permanecem os mesmos. O domínio do software não garante a qualidade do produto final:

apenas facilita e acelera o processo de produção, mas na base estarão sempre as ideias desenvolvidas com base em conceitos ligados ao campo da imagem.

Ainda assim, o facto das empresas se terem digitalizado obriga o ensino a formar os seus alunos para o trabalho com este tipo de equipamentos. Assim, as escolas devem incluir nos seus planos de estudos disciplinas de *Captação e edição digital de imagem* (fotografia e vídeo) e *Captação e edição digital de som*. Para além da componente técnica, estas disciplinas devem incluir matérias que façam a contextualização das opções práticas à luz das Teorias da Comunicação em ambiente digital. É igualmente importante reforçar o ensino da Ética, sobretudo porque a edição digital de imagem/som implica alterar a ordem natural dos conteúdos. A manipulação de imagens não é um tema novo, mas os novos softwares de edição vieram facilitar o processo, colocando essa possibilidade ao alcance de todos. Este tipo de matérias deve ser amplamente discutido com os alunos, complementando as matérias com casos práticos.¹⁰

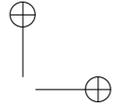
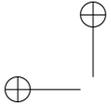
Distribuição/Consumo de conteúdos. Os hábitos de consumo de notícias estão em constante transformação, sobretudo na última década. A Microsoft¹¹ prevê que, na Europa, o consumo médio de Internet ultrapasse o de Televisão já em Junho de 2010. A nível mundial, o *Innovation in Newspapers 2007 World Report*¹² refere que Web será a primeira fonte de informação em 2012, e o *The Future of Internet III*¹³, antevê que os dispositivos móveis serão a principal ferramenta de acesso à Internet em 2020. Independentemente do suporte, o futuro da informação parece estar na Internet, pelo que deve ser feito um esforço no sentido de encontrar formatos e linguagens que explorem as características da Web. Para além do canal. É igualmente importante estudar as potencialidades de outro tipo de dispositivos de acesso, como PDAs e consolas de jogos.

¹⁰No site de Hany Farid há inúmeros casos de manipulação de imagens na imprensa (<http://www.cs.dartmouth.edu/farid/research/digitaltampering/>)

¹¹Europe Logs on: Internet Trends of Today and Tomorrow (<http://download.microsoft.com/download/B/4/4/B444130A-31F3-44F5-9BFD-8A012D38E9F9/Europe%20Logs%20On%20FINAL.PDF>)

¹²<http://www.innovation-mediaconsulting.com/home.php>

¹³Pew Internet & American Life Research, 2008 (http://www.pewinternet.org/~media/Files/Reports/2008/PIP_FutureInternet3.pdf.pdf)



O ensino superior deve ser capaz de responder a este desafio. As escolas que pretendam manter a tradicional separação entre os vários especialidades dos jornalismo (escrito, radiofónico e televisivo), devem colocar o *Jornalismo na Web* no mesmo patamar de importância. Porém, o mais indicado será ensinar o jornalismo num contexto multimédia, uma vez que a maior parte dos conceitos são comuns.

Em simultâneo, os alunos devem ser envolvidos na investigação de novas linguagens, aproveitando-se as suas práticas de entretenimento, como se refere no relatório ICOD (2006). A experiência dos estudantes enquanto consumidores, e a sua criatividade, serão um precioso auxiliar no desenvolvimento de novas linguagens, narrativas e produtos.

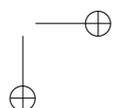
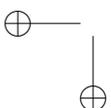
O campo da investigação é, aliás, uma das debilidades das Ciências da Comunicação. Os investigadores têm dedicado demasiado tempo a observar o comportamento do mercado, quando deviam antecipar as necessidades das empresas e prever as tendências do consumo.

As empresas que produzem equipamentos e ferramentas informáticas sabem pouco sobre as necessidades dos jornalistas, e os produtos colocados no mercado acabam por apresentar um conjunto de características sem aplicação prática no trabalho do dia-a-dia, encarecendo os produtos e dificultando a sua operacionalidade.

Por outro lado, as empresas de comunicação sentem-se completamente perdidas na hora de escolher novos equipamentos e softwares num vasto leque de opções sem grandes diferenças técnicas. Acabam por fazer opções baseadas nos argumentos de venda das empresas fornecedoras, vencendo o melhor argumento e não o melhor produto. O ensino superior pode ter aqui um papel fundamental na construção de pontes entre duas realidades que lhe estão próximas, com a possibilidade de conseguir benefícios económicos e científicos.

Um outro campo onde a apoio da investigação é necessário é na procura de modelos económicos para uma realidade informativa digital. Tendo nascido gratuita, a informação na Web terá grandes dificuldades em evoluir para um modelo de pagamento de conteúdos, pelo que é necessário procurar a resposta no campo da Economia dos Media.

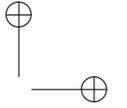
A conjuntura tecnológica actual conduziu o jornalismo para um cenário em que ensino superior e empresas se necessitam mutuamente. Isto acontece justamente quando o ensino superior português de jornalismo cumpre 30 anos,



uma efeméride que pode ser histórica se houver engenho para aproveitar esta oportunidade de convergência entre dois mundos que têm vivido de costas viradas.

Bibliografia

- Batista, C. (2004). *Universidade e Redacção de costas voltadas*. Clube Jornalistas. Disponível em <http://www.clubedejornalistas.pt/DesktopDefault.aspx?tabid=177>, visitado em 11 de Julho de 2008.
- Canavilhas, J. (2009). Ensino do Jornalismo: O digital como oportunidade. Fidalgo, J. & Marinho, S. (Org.) (2009) *Actas do Seminário JORNALISMO: Mudanças na Profissão, Mudanças na Formação*. Universidade do Minho (Braga): Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).
- Correia, F. (2008). Ensino e investigação do jornalismo em Portugal. Disponível em <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=1165>, visitado a 10 de Abril de 2008.
- Diniz de Sousa, P. (2008). *Apropriação e Representações das TIC e seu Impacto em Jornalistas de Duas Gerações*. *Trajectos*, 12, 97-124.
- Fidalgo, A. (2001). *O ensino do jornalismo no e para o século XXI*. Disponível em www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-ensino-jornalismo-internet.pdf, visitado em 18 de Agosto de 2008.
- Fernandes, J.L. (2008). *Motivações e Modos de acesso na profissão de jornalista*. *Revista Trajectos*, 12, 97-124.
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas. *Comunicação e Sociedade*, 5.
- Rede ICOD (2006). *Comunicação Digital: competências profissionais e desafios académicos*. Vic: Red ICOD



Sobreira, R. M. (2003). O Ensino do Jornalismo e a Profissionalização dos Jornalistas em Portugal (1933-1974). *Media & Jornalismo*, 3.2020

